ISSN- 2966-0785 REVISTA ACADÊMICA DA LUSOFONIA

Entre letras e sentidos, a leitura como prática transformadora

GUIMARÃES,Elizabeth Alves[1]
MENEGHETTI, Bruno Rafael [2]
PINHEIRO, Luciana Maria Caetano [3]
SANTOS, Mônica Eliane dos[4]
SILVA, Felipe Custódio da [5]

Resumo: A leitura é fundamental na alfabetização e no letramento, pois permite ao aluno construir sentidos, desenvolver o pensamento crítico, ampliar o vocabulário e interpretar o mundo. A escola deve ser um espaço que estimule a leitura como instrumento de aprendizagem e formação integral desde a educação infantil. Alfabetizar vai além de ensinar letras e sons; envolve também a compreensão e produção de textos, inserindo os alunos no universo letrado, onde a leitura é vista como prática social, cultural e cognitiva.O processo educativo deve considerar a diversidade dos alunos, diferentes estilos de aprendizagem e usar estratégias como gêneros textuais variados, materiais contextualizados e leitura compartilhada. A leitura deve ser prazerosa, despertando curiosidade e interesse por meio de atividades lúdicas como contação de histórias e rodas de leitura.A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantem a educação como direito de todos, reforçando a importância da leitura para a formação de cidadãos críticos. O papel do professor é essencial para planejar e mediar o ensino, promovendo a autonomia e o prazer pela leitura. O acesso a materiais variados e de qualidade, além do envolvimento da família, potencializa o aprendizado. Assim, a leitura deve ser uma prática contínua, integrada ao projeto pedagógico da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Leitura.

Abstract: *Reading is fundamental to literacy and reading proficiency, as it allows students to construct meaning, develop critical thinking, expand their vocabulary, and interpret the world. The school should be a space that continuously encourages reading as a tool for learning and the holistic development of the individual, starting from early childhood education. Literacy goes beyond teaching letters and sounds; it also involves understanding and producing texts, integrating students into the literate world where reading is seen as a social, cultural, and cognitive practice. The educational process must consider student diversity, different learning styles, and employ strategies such as varied text genres, contextualized materials, and shared reading. Reading should be enjoyable, sparking curiosity and interest through playful activities like storytelling and reading circles. The Federal Constitution and the National Education Guidelines and Framework Law guarantee education as a right for all, emphasizing the importance of reading for the formation of critical citizens. The teacher's role is essential in planning and mediating instruction, promoting autonomy and pleasure in reading. Access to a variety of quality materials, along with family involvement, enhances learning. Therefore, reading should be a continuous practice, integrated into the school's pedagogical project.*

KEYWORDS: *Literacy; Literacy practices; Reading.*

1.Professor de Educação Básica I. Prefeitura Municipal de Araras. e-mail:elizabethalvesguimaraes@gmail.com
2.Professor de Matemática. Prefeitura Municipal de Araras. e-mail: bruno.meneghetti@proferssor.educacaoararas.sp.gov.br
3.Professor coordenador Pedagógico. Prefeitura Municipal de Araras. e-mail:luciana.pinheiro@educacaoararas.sp.gov.br
4.Professor de Língua Portuguesa PEB II. Prefeitura Municipal de Araras. e-mail: profmony.re@gmail.com
5 Professor de arte - PEB II. Prefeitura Municipal de Araras. e-mail:haormonicafelipe@gmail.com

Introdução

A leitura ocupa um lugar central na prática pedagógica da alfabetização e do letramento. É por meio dela que o sujeito começa a construir sentidos, desenvolver o pensamento crítico, ampliar o vocabulário e interpretar o mundo ao seu redor. A escola, enquanto espaço socializador do conhecimento, deve ser um ambiente que estimule continuamente a leitura como instrumento de aprendizagem e de formação integral do indivíduo, desde os primeiros anos da educação infantil.

Nesse contexto, é fundamental compreender que alfabetizar não é apenas ensinar a codificar e decodificar letras e sons, mas sim desenvolver nos alunos a capacidade de compreender e produzir textos, inserindo-os no universo letrado. Isso significa integrar o ensino da leitura com práticas reais de linguagem, garantindo que o processo de alfabetização caminhe junto com o letramento. A leitura deixa de ser apenas uma habilidade técnica e passa a ser vista como uma prática social, cultural e cognitiva.

A escola precisa estar preparada para oferecer condições pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da leitura como ferramenta de aprendizagem significativa. Para isso, o planejamento das práticas educativas deve considerar a diversidade dos alunos, os diferentes estilos de aprendizagem e os múltiplos caminhos para se chegar à compreensão textual. O trabalho com gêneros textuais variados, a utilização de materiais concretos e contextualizados, a mediação do professor e o incentivo à leitura compartilhada são estratégias essenciais nesse processo.

Além disso, é importante destacar que a leitura deve ser inserida no cotidiano escolar de forma prazerosa e significativa. Quando bem explorada, ela desperta a curiosidade, a imaginação e o interesse das crianças, promovendo a construção de conhecimento de forma lúdica e envolvente. Atividades como contação de histórias, rodas de leitura, dramatizações, leituras coletivas e individuais são fundamentais para criar um ambiente letrado desde os primeiros anos escolares.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Tem como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse princípio orienta todas as práticas educacionais e

legitima a necessidade de garantir a todos os alunos o acesso à leitura como direito básico de aprendizagem.

Em Brasil (1996), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) reforça essa perspectiva, ao estabelecer que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e da valorização do profissional da educação. Dessa forma, a leitura passa a ser um elemento estruturante do processo educativo, sendo fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Para que o processo de alfabetização aconteça de maneira efetiva, o papel do professor é decisivo. O educador precisa estar pedagogicamente preparado para traçar estratégias didáticas adequadas ao contexto da turma, planejar suas aulas com clareza de objetivos e selecionar textos e materiais que sejam compatíveis com a faixa etária, os interesses e as habilidades dos alunos. Mais do que aplicar métodos, o professor deve ser um mediador do conhecimento, estimulando a autonomia leitora e o prazer pela leitura.

O sucesso na alfabetização com base na leitura depende também do acesso a materiais de qualidade. A escola precisa dispor de uma variedade de textos – literários, informativos, poéticos, instrucionais, entre outros – que estimulem a leitura por prazer e também a leitura funcional. Investir em bibliotecas escolares, cantinhos da leitura e projetos interdisciplinares são ações que contribuem para o fortalecimento de uma cultura leitora no ambiente escolar.

Outro aspecto essencial é o envolvimento da família nesse processo. O estímulo à leitura em casa, o contato com livros, revistas e histórias desde a primeira infância são fatores que potencializam a aprendizagem escolar. Quando a leitura é valorizada no ambiente familiar, a criança tende a desenvolver uma relação mais próxima e afetiva com o texto, o que facilita o processo de alfabetização e amplia suas possibilidades de letramento.

Portanto, ao invés de focar apenas na aquisição mecânica da leitura e da escrita, é preciso considerar o sujeito em sua totalidade – com seus saberes prévios, sua linguagem, seu repertório cultural e suas necessidades específicas. A leitura deve ser uma prática contínua e integrada ao projeto político-pedagógico da escola, sendo vista como um processo dinâmico e transformador.

Como bem afirma Silva (2010), a escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade e promove o acesso ao conhecimento de forma igualitária e respeitosa. Assim, promover a leitura como prática pedagógica no processo de alfabetização é, antes de tudo, garantir a todos o direito à educação de qualidade e à participação plena na vida social.

1. Legislação e Formação Docente no Processo de Alfabetização e Letramento

O Ministério da Educação tem promovido políticas e programas voltados à valorização do professor e à qualificação do ensino, especialmente no que diz respeito à formação inicial e continuada voltada para a alfabetização e o letramento. O compromisso com a qualidade da educação perpassa pela compreensão de que o papel do professor é central na garantia da aprendizagem de todos os alunos, principalmente nos anos iniciais da escolarização.

De acordo com Brasil (1996), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), é responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar que os profissionais da educação tenham formação adequada e continuada, de forma a responder às demandas contemporâneas da educação. A LDB determina que os cursos de formação docente incluam, em sua grade curricular, conteúdos e práticas relacionadas às metodologias de ensino, ao planejamento pedagógico e à didática, elementos essenciais para o sucesso no processo de alfabetização.

A formação do professor alfabetizador deve ir além da teoria e proporcionar experiências práticas, reflexões sobre o cotidiano da sala de aula e o uso de materiais e estratégias pedagógicas que favoreçam o letramento. Isso inclui a compreensão dos aspectos linguísticos, cognitivos e sociais envolvidos no aprender a ler e escrever. O domínio dessas competências permite ao educador atuar com mais segurança e eficácia, adaptando suas ações ao contexto e às necessidades dos alunos.

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), também se tornou indispensável a formação dos professores para o uso pedagógico das ferramentas digitais. O uso das TIC pode potencializar a aprendizagem e proporcionar experiências educativas mais ricas e interativas. É fundamental que,

desde a educação infantil, os educadores saibam integrar essas tecnologias aos processos de alfabetização, com intencionalidade pedagógica, respeitando o desenvolvimento das crianças e os objetivos educacionais.

Além da competência técnica, espera-se do professor um conjunto de habilidades socioemocionais e relacionais. Saber comunicar-se de forma clara e eficaz, ouvir com atenção, trabalhar em equipe e lidar com as diferenças são atitudes fundamentais para o desenvolvimento de um ambiente escolar acolhedor, participativo e democrático. A empatia, o respeito mútuo e o compromisso com o crescimento intelectual dos estudantes são marcas do profissional comprometido com a formação cidadã.

A avaliação no processo de alfabetização também exige uma abordagem mais abrangente e contínua. Avaliar não se resume a aplicar provas ou medir resultados em números. É necessário observar o desenvolvimento dos alunos diariamente, considerar seu progresso, suas dificuldades e suas potencialidades. A avaliação deve ser formativa, ou seja, parte do processo de ensino-aprendizagem, e não um fim em si mesma. Ela orienta o professor a ajustar suas práticas e permite que o aluno participe ativamente da construção do conhecimento.

O planejamento pedagógico é outro aspecto crucial. Ele deve ser elaborado com base em objetivos claros, metodologias adequadas, recursos didáticos variados e propostas que favoreçam a participação ativa dos alunos. Desde a educação infantil, é por meio de um bom planejamento que se consegue articular o educar e o cuidar, garantindo que o processo de alfabetização ocorra de maneira efetiva, respeitosa e inclusiva no sentido amplo do termo.

De acordo com Filatro (2009), o processo de ensino-aprendizagem deve refletir uma convivência harmoniosa entre os diferentes paradigmas educacionais, integrando saberes e promovendo uma abordagem transdisciplinar. Isso implica reconhecer que não há uma única metodologia eficaz para todos os contextos, e sim a necessidade de o professor ser capaz de adaptar, recriar e refletir sobre sua prática constantemente.

Souza (2007) aponta que o professor deve desenvolver competências como comunicação eficiente, escuta ativa, trabalho colaborativo, empatia e atitude investigativa. Esses elementos são essenciais para uma atuação pedagógica sólida e responsável. A formação docente deve, portanto, preparar o educador para lidar

com a diversidade de situações em sala de aula, promover aprendizagens significativas e estimular a autonomia e a criatividade dos estudantes.

Ainda segundo os princípios de Pestalozzi, citados por Lopes (1983), educar é seguir a natureza, respeitar o tempo de cada criança e reconhecer o papel fundamental da família no processo educativo. A base afetiva e o vínculo entre escola e família são pilares que fortalecem a aprendizagem e garantem o sucesso da alfabetização.

Dessa forma, garantir a formação inicial e continuada de qualidade aos professores é assegurar uma educação capaz de formar leitores e escritores competentes, críticos e participativos. A legislação educacional oferece as diretrizes, mas é na prática cotidiana, reflexiva e comprometida dos docentes que se constrói uma alfabetização transformadora e significativa.

2. Como trabalhar a alfabetização e o letramento nas séries iniciais

De acordo com Souza (2007), para que o professor atue de forma eficaz nas séries iniciais do ensino fundamental, especialmente no processo de alfabetização e letramento, é necessário desenvolver diversas competências pedagógicas. O docente deve buscar a construção do conhecimento por meio de técnicas investigativas, estimulando a curiosidade, o pensamento crítico e a criatividade. A alfabetização exige mais do que ensinar a decodificar letras: requer que o educador crie um ambiente alfabetizador, rico em práticas sociais de leitura e escrita.

Souza (2007) destaca que o professor exerce um papel essencial como mediador da aprendizagem, garante a inter-relação personalizada e contínua com os alunos, promovendo a articulação entre os conteúdos, os objetivos pedagógicos e a realidade dos estudantes. Ao esclarecer dúvidas, acompanhar o desenvolvimento da leitura e da escrita e avaliar continuamente o progresso de seus alunos, o educador constrói uma prática significativa e transformadora.

A alfabetização nas séries iniciais deve considerar a diversidade dos alunos e os desafios que surgem em sala de aula, para isso, o professor precisa adotar estratégias diversificadas, envolvendo também as famílias e a comunidade. A participação ativa dos responsáveis e o trabalho colaborativo com outros

profissionais da escola fortalecem o processo de letramento, transformando o espaço escolar em um ambiente de socialização, acolhimento e aprendizagem.

É fundamental que o professor esteja sensível ao aspecto humano da prática educativa, muitas vezes, a escuta ativa, o acolhimento e o respeito às particularidades dos alunos são mais relevantes do que o próprio conteúdo. Ensinar a ler e escrever é também um ato de cuidado, que exige do educador abertura às mudanças e compromisso com o direito de todos à educação de qualidade.

Segundo Pillar (1996), as famílias depositam expectativas importantes na trajetória escolar de seus filhos, esperando que a escola seja um lugar de acolhimento e desenvolvimento integral. Por isso, a construção de uma parceria com os pais deve ser pautada em ações éticas e dialógicas. Conhecer o histórico familiar, os medos, os sonhos e os desafios que cercam cada criança é essencial para que o educador tome decisões pedagógicas mais conscientes e humanizadas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), é papel do sistema educacional garantir a formação integral dos alunos, desenvolvendo suas competências cognitivas, sociais e emocionais. No contexto da alfabetização, isso significa formar leitores críticos, capazes de compreender, interpretar e interagir com o mundo à sua volta.

Campos (1997) ressalta a importância de acompanhar continuamente o progresso dos alunos durante o processo de alfabetização. A escolha das atividades deve ser criteriosa, levando em conta o perfil da turma e o planejamento pedagógico. O professor precisa selecionar materiais e propostas que atendam às diferentes necessidades, promovendo a inclusão e a aprendizagem significativa.

De acordo com Kenski (2005), o planejamento de aulas deve ser coerente com os objetivos educacionais e com os recursos disponíveis na escola. O uso de materiais didáticos adequados, jogos pedagógicos, livros de literatura e ferramentas digitais pode potencializar o letramento, tornando as práticas mais dinâmicas e eficazes.

O professor alfabetizador deve possuir não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades socioemocionais, como empatia, comunicação clara, escuta atenta e atitude investigativa (SOUZA, 2007).

Essas competências são fundamentais para lidar com a diversidade da sala de aula, apoiar o desenvolvimento das crianças e construir uma prática pedagógica coerente, ética e comprometida com a formação cidadã.

Dessa forma, trabalhar a alfabetização e o letramento nas séries iniciais é muito mais do que ensinar a ler e escrever. Trata-se de um processo complexo e contínuo, que envolve relações humanas, planejamento pedagógico, diálogo com a comunidade escolar e constante formação docente. O professor é o principal agente de transformação nesse processo, e seu compromisso com a aprendizagem de todos os alunos é o que garante uma educação de qualidade.

A alfabetização e o letramento são processos fundamentais para o desenvolvimento pleno dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental. Esses processos não envolvem apenas o domínio das habilidades técnicas de leitura e escrita, mas também a inserção dos alunos nas práticas sociais de uso da linguagem. Trabalhar a alfabetização com intencionalidade pedagógica significa, portanto, considerar o contexto sociocultural dos alunos, respeitar suas singularidades e promover experiências significativas que favoreçam o aprendizado contínuo.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), é responsabilidade dos sistemas de ensino garantir a formação adequada dos profissionais da educação, tanto inicial quanto continuada, de modo a responder às demandas da prática pedagógica atual. O professor alfabetizador deve estar preparado para atuar em realidades diversas, dominando metodologias, estratégias e abordagens que estimulem o pensamento crítico e a autonomia dos alunos.

Souza (2007) reforça que o professor precisa desenvolver competências como escuta ativa, empatia, criatividade e pensamento investigativo. Essas habilidades são essenciais para uma atuação pedagógica comprometida com a inclusão e com o sucesso de todos os alunos. O educador deve ser capaz de adaptar suas estratégias conforme as necessidades da turma, observando o ritmo de aprendizagem, os desafios enfrentados pelos estudantes e o contexto sociocultural em que estão inseridos.

De acordo com Kenski (2005), o planejamento das aulas deve ser articulado ao projeto político-pedagógico da escola e considerar as condições reais da instituição. O uso de recursos didáticos variados, incluindo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), pode tornar o processo de alfabetização mais dinâmico, interativo e adequado à linguagem contemporânea das crianças.

Magda Soares (2004), referência na área, diferencia alfabetização e letramento. Para ela, alfabetizar é ensinar o sistema de escrita alfabética, enquanto

letrar é ensinar o uso social da leitura e da escrita. Dessa forma, não basta ensinar a decodificar letras: é preciso desenvolver no aluno a capacidade de ler e escrever com sentido, dentro de contextos reais e funcionais. A prática pedagógica deve integrar essas duas dimensões, evitando que o ensino se reduza à repetição de letras e sílabas, descontextualizadas da realidade do aluno.

Ferreiro e Teberosky (1999), com base na psicogênese da língua escrita, defendem que a criança constrói o conhecimento sobre a escrita de maneira ativa, passando por hipóteses e estágios. Portanto, o professor precisa considerar os níveis de escrita das crianças e planejar intervenções adequadas para cada fase, respeitando os percursos individuais de aprendizagem.

Freire (1996) reforça que alfabetizar é um ato político e libertador. Para ele, o ensino da leitura e da escrita deve partir da realidade dos alunos, valorizando sua cultura e sua experiência de vida. O letramento, nessa perspectiva, está profundamente ligado à consciência crítica, à cidadania e à transformação social.

O papel do professor vai além da transmissão de conteúdos. Como destaca Souza (2007), o educador é um mediador do processo de aprendizagem, responsável por criar oportunidades para que os alunos reflitam, construam significados e ampliem suas formas de expressão. Essa mediação inclui o uso de práticas como rodas de leitura, produção de textos coletivos, projetos interdisciplinares, leitura compartilhada, jogos pedagógicos e exploração de diferentes gêneros textuais.

Campos (1997) ressalta que é preciso acompanhar de forma contínua e sensível o desenvolvimento dos alunos. A avaliação no processo de alfabetização deve ser diagnóstica e formativa, voltada para compreender os avanços, identificar as dificuldades e orientar as intervenções pedagógicas. A simples aplicação de provas padronizadas, sem considerar o contexto e o processo, não atende aos objetivos formativos da educação.

Observa que os pais depositam expectativas significativas na trajetória escolar de seus filhos, por isso, a construção de uma relação de parceria entre escola e família é fundamental. A troca de informações, a escuta atenta e o diálogo constante ajudam a criar um ambiente de confiança, em que todos se sentem corresponsáveis pelo processo de aprendizagem das crianças (PILLAR, 1996).

Vygotsky (1998), ao enfatizar o papel do meio social no desenvolvimento humano, destaca que a aprendizagem ocorre nas interações, e isso inclui o contato

com a cultura letrada da família e da comunidade. É papel da escola ampliar o repertório cultural dos alunos, sem desconsiderar seus saberes de origem, promovendo a valorização das diferentes formas de expressão e comunicação.

A alfabetização e o letramento também estão vinculados à formação de sujeitos críticos e atuantes, aponta que a educação deve formar cidadãos capazes de compreender a realidade e participar ativamente da sociedade. Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem articular o educar e o cuidar, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e ético dos alunos (BRASIL, 1996).

Filatro (2009) destaca que o processo de ensino-aprendizagem deve integrar diferentes saberes e promover uma abordagem transdisciplinar. Isso exige do professor flexibilidade, sensibilidade e capacidade de refletir sobre sua prática. Não há uma receita única para alfabetizar com qualidade, mas sim o compromisso de adaptar e reinventar constantemente os caminhos possíveis, de acordo com o contexto e as necessidades dos alunos.

Considerações Finais

A alfabetização e o letramento são processos essenciais para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente inseridos. A escola tem o papel de garantir que esses processos sejam desenvolvidos de forma integrada, contextualizada e significativa, respeitando as especificidades culturais, sociais e cognitivas dos alunos.

A formação docente, pautada na legislação educacional, deve promover o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, preparando o professor para atuar de forma reflexiva, criativa e comprometida. A mediação pedagógica deve valorizar a diversidade, estimular o prazer pela leitura e a produção textual, além de fomentar a autonomia do aluno.

A participação da família e o uso adequado das tecnologias digitais ampliam as possibilidades de aprendizagem, contribuindo para a construção de uma cultura letrada no ambiente escolar. É fundamental que o processo avaliativo seja formativo e contínuo, acompanhando o desenvolvimento individual dos alunos e orientando as práticas pedagógicas.

Portanto, alfabetizar e letrar não é um ato mecânico, mas um compromisso ético, político e social. Como lembra Freire (1996), a educação deve ser um processo libertador, que permita a todos os sujeitos a construção do conhecimento, a reflexão crítica e a participação plena na sociedade.

Considerações

O processo de alfabetização e letramento é um dos pilares fundamentais para a construção do conhecimento e para a formação integral do indivíduo na sociedade contemporânea. A partir da análise dos aspectos pedagógicos, legais e sociais abordados, fica evidente que a leitura não pode ser entendida apenas como uma habilidade técnica, mas deve ser concebida como uma prática social, cultural e cognitiva que envolve a construção de sentidos, a ampliação do repertório e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A legislação educacional brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), assegura o direito de todas as crianças à educação de qualidade, o que implica garantir o acesso à alfabetização e ao letramento desde os primeiros anos escolares. Contudo, esse direito só se concretiza plenamente quando há um compromisso efetivo do sistema educacional em formar professores preparados, motivados e capacitados para atuar em contextos diversos e desafiadores.

A formação docente, portanto, é elemento central nesse processo. Não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas de formar educadores reflexivos, críticos e autônomos, capazes de planejar, adaptar e inovar suas práticas pedagógicas. O professor alfabetizador deve compreender a complexidade do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, integrando teoria e prática, e considerando a diversidade cultural, social e cognitiva dos alunos. Além disso, a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) representa uma oportunidade para ampliar as possibilidades didáticas e aproximar o ensino das linguagens digitais que permeiam o cotidiano das crianças.

Outro aspecto essencial é o reconhecimento da escola como espaço de socialização e construção de sentido, onde o papel do educador vai muito além da mera transmissão de informações. A mediação pedagógica deve valorizar o

protagonismo dos alunos, estimulando sua curiosidade, criatividade e autonomia. O ambiente escolar deve ser rico em estímulos que incentivem a leitura prazerosa, a escrita significativa e a interação com diferentes gêneros textuais, promovendo a formação de leitores e escritores críticos e atuantes.

A participação da família e da comunidade é igualmente decisiva para o sucesso do processo alfabetizador. O estímulo à leitura em casa, o contato com materiais diversificados e a valorização das experiências culturais dos alunos fortalecem a aprendizagem e ajudam a construir um vínculo afetivo com a escola. O diálogo constante entre educadores e familiares deve ser pautado pela escuta ativa e pelo respeito às singularidades, favorecendo uma parceria sólida que contribua para o desenvolvimento integral das crianças.

As práticas avaliativas devem acompanhar o desenvolvimento dos alunos de forma contínua, diagnóstica e formativa, orientando intervenções pedagógicas personalizadas e respeitosas. A avaliação não pode se restringir a provas e resultados numéricos, mas precisa ser entendida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o crescimento e a superação das dificuldades de cada estudante.

Finalmente, a alfabetização e o letramento são processos dinâmicos e multifacetados, que exigem uma abordagem pedagógica inclusiva, interdisciplinar e culturalmente sensível. O desafio do professor é constante: reinventar caminhos, adaptar estratégias e cultivar um ambiente escolar acolhedor, democrático e estimulante. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como um ato político, social e ético, que busca formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de transformar a realidade em que vivem.

Assim, promover a leitura e a escrita com qualidade nas séries iniciais é garantir não apenas o domínio de habilidades técnicas, mas a construção de um projeto de vida fundamentado no conhecimento, na autonomia e na participação social. Esse é um compromisso que envolve educadores, famílias, gestores e toda a comunidade escolar, reafirmando o direito à educação como base para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

_____ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

_____ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12387-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva&category_slug=maio-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 jul. 2025.

FILATRO, Andrea. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

LOPES, Alice Ribeiro de Oliveira. Pestalozzi: uma pedagogia do coração. São Paulo: Loyola, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2013.